

DECLARAÇÃO POLÍTICA

**DO PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR
DEPUTADO VIRGÍLIO DE FONTES PEREIRA,**

**NA II REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
DA IIª SESSÃO LEGISLATIVA
DA III LEGISLATURA**

-LUANDA, AOS 08 DE NOVEMBRO DE 2013-



**EXCELÊNCIA SENHOR PRESIDENTE DA
ASSEMBLEIA NACIONAL**

**DIGNÍSSIMAS DEPUTADAS E DIGNÍSSIMOS
DEPUTADOS**

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS
DO EXECUTIVO**

DISTINTOS CONVIDADOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Esta sessão plenária realiza-se num momento particularmente feliz para os Deputados e para os Angolanos em geral. Há pouco mais de 20 dias, através deste hemisfério, fomos todos nós Deputados e população Angolana, brindados com a mensagem sobre o Estado da Nação de Sua Excelência o Presidente da República, Eng.º José Eduardo dos Santos.

Nessa mensagem, foram não só identificados os principais problemas e desafios com que os Angolanos e o país ainda se confrontam, como também foram claramente apontadas as estratégias do Executivo para as superar, num clima de paz social, de estabilidade política, de crescimento

económico, de aumento do emprego e da qualidade de vida dos angolanos.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do MPLA exorta todos os partidos políticos, sobretudo aqueles com ambição governativa, a pugnam por um posicionamento responsável, eivado de valores como a serenidade, urbanidade, respeito pelo jogo democrático, respeito da lei e das instituições do Estado democraticamente estabelecidas, pois entendemos que o poder político em Angola só pode ser alcançado nas urnas, isto é, pela via democrática.

Esta Reunião Plenária realiza-se, igualmente, quando estamos nas vésperas de mais um aniversário da Independência do nosso País, que trouxe a identidade e a dignidade aos Angolanos.

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Alcançada a Paz, em 4 de Abril de 2002, o MPLA e o Executivo que sustenta, tudo têm feito para assegurar, cada vez mais, melhores condições e níveis de vida para todos os Angolanos, apesar do

contexto mundial e regional difícil, assolado por uma crise inicialmente financeira e posteriormente económica, que pôs em causa o tecido económico e social de um grande número de países atingidos.

A proposta de Orçamento Geral do Estado que é submetida à Assembleia Nacional, prossegue a consolidação da estabilidade macroeconómica em que desponta uma trajectória descendente da taxa de inflação. Assiste-se, assim, a um reforço do papel da moeda nacional como meio de troca e como reserva de valor.

A moeda nacional, o Kwanza, é cada vez mais respeitada pelos agentes económicos, quer nacionais como estrangeiros e estamos perto do dia em que a mesma se vai converter no único meio de troca universalmente aceite no mercado, sobretudo com a correcta e persistente aplicação da Lei do Regime Cambial Aplicável ao Sector Petrolífero (lei nº 2/2012 de 13 de Janeiro).

Do ponto de vista macroeconómico, o país apresenta-se com uma posição cada vez mais robusta e credível, quer interna como externamente. A taxa de inflação tem estado a diminuir significativamente, tendo em 2012 se fixado em 9,0%. No final do

presente ano, prevê-se que a taxa de inflação acumulada se mantenha nos 9,0% e para o próximo ano perspectiva-se que a mesma varie numa banda de 7,0-9,0%, graças à implementação de políticas orçamentais e monetárias eficientes, que têm visado assegurar a estabilidade dos preços em geral.

Importa aqui referir que altos índices de inflação retraem o crescimento económico, prejudicando fundamentalmente o cidadão, as famílias e o próprio Estado, para além de constituir um factor gerador de incertezas para os investidores.

O ano passado Angola cresceu 5,2%, com uma contribuição de 5,6% do sector não petrolífero e 4,3% do sector petrolífero, mantendo desta forma a tendência iniciada nos últimos 5 anos, em que o sector não petrolífero tem crescido mais que o petrolífero, o que é um indicador importante da diversificação da economia em curso no país.

As Reservas Internacionais Líquidas em 2012 foram de 30,6 bilhões de dólares dos Estados Unidos da América, projectando-se para o ano de 2014, um valor de 33,7 bilhões de dólares dos Estados Unidos da América, ou seja, 3,1 bilhões mais do que em 2012, o que demonstra uma evolução considerável

da posição externa da nossa economia e da credibilidade do nosso país no mundo.

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

É de saudar a aprovação, pela Assembleia Nacional, da Lei da Emissão e Gestão da Dívida Pública Directa e Indirecta, instrumento que ajudará, sem dúvidas, no que concerne à prestação de garantias a terceiros, uma implementação mais ampla e célere do programa de diversificação da economia, gizado pelo Executivo para o período até 2017. Este programa reveste-se de uma importância particular para o cumprimento dos objectivos nacionais de eliminação da fome e da pobreza extremas, de diminuição da desigualdade entre pessoas e entre regiões e para a melhoria da qualidade de vida dos Angolanos, de Cabinda ao Cunene e do mar ao leste.

Nesta perspectiva, a proposta de OGE 2014, assumindo-se como de continuidade, está em linha com os programas e projectos estruturantes e

prioritários constantes do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Estes projectos estruturantes prioritários estão espalhados pelo território nacional e incluem projectos de investimento público e iniciativas do sector privado, devendo os primeiros criar externalidades positivas para o aumento da eficiência económica e do retorno do sector empresarial privado. Os sectores chave para este efeito, continuam a ser os sectores da agricultura, pescas, agro-indústria, construção, indústria transformadora e turismo, só para citar alguns.

Com a melhoria das infra-estruturas do país, com o apoio que está a ser prestado e continuará a ser prestado aos empresários nacionais, através dos vários programas que estão a ser implementados para o efeito, temos a certeza de que o país manterá a sua trajectória de crescimento robusto e a diversificação da sua economia tornar-se-á cada vez mais evidente. Só aumentando a produção nacional se criam novos empregos, aumentam-se os rendimentos dos cidadãos, elevando desta forma o poder de compra dos mesmos, que culminará num aumento significativo da procura

efectiva por produtos nacionais e um verdadeiro círculo virtuoso de crescimento económico.

Esta é, de resto, a mensagem de verdade e confiança que, nas suas recentes visitas aos 161 municípios do país, os Deputados do nosso Grupo Parlamentar apresentaram às populações, na perspectiva de que só com a execução eficaz daqueles projectos estruturantes prioritários a melhoria das suas condições e qualidade de vida nos municípios, comunas, aldeias, vilas, povoações e bairros poderão ser, de facto, sustentáveis.

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

É nosso entendimento de que nunca haverá desenvolvimento sustentável se não estiver aliado a isso o desenvolvimento do capital humano. E para tal, o país precisa obrigatoriamente de aumentar a sua reserva de quadros a todos os níveis, pelo facto de ainda haver uma grande escassez dos mesmos quer em quantidade, quer sobretudo em qualidade.

A este respeito, dar-se-á início, no âmbito do OGE 2014, a implementação do Plano de Formação de Quadros, que foi elaborado com base numa estratégia previamente definida para este domínio, num horizonte temporal que se espera que vá até ao ano de 2020.

Angola dispõe hoje de aproximadamente 1,2 milhões de quadros (dirigentes, gestores, técnicos superiores e técnicos médios), número bastante insuficiente para atender às enormes e complexas tarefas que se colocam, sendo o objectivo em 2020 atingir um número de 2,3 milhões de quadros.

Este será o principal instrumento para dotar Angola de pessoas com formação de qualidade, competentes e comprometidas com o desenvolvimento do país e que serão formadas para fazer face às necessidades do desenvolvimento dos grandes *clusters* da economia, como os mega *clusters* do petróleo e gás, energia e águas, habitação, saúde, transportes e logística, actividades financeiras, turismo, geologia e minas, indústria e da educação.

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

A proposta de OGE para o ano económico de 2014 mantém as prioridades para o sector social e prevê para este sector 30% dos recursos, sendo 6,17% para a educação, 4,35% para a saúde, 9,60% para a protecção social, 7,88% para a habitação e 1,97 para outras despesas do sector.

A política do Executivo, em matéria de combate à seca, não se baseia única e exclusivamente no assistencialismo como acto de socorro às comunidades. A proposta de OGE 2014 contempla investimentos, por exemplo que aumentarão os perímetros irrigados das zonas ciclicamente afectadas, sistemas de captação de água para consumo da população e do gado e a sua respectiva distribuição.

Relativamente aos serviços de saúde, há a contínua necessidade da sua expansão, melhoria da qualidade e equidade dos serviços prestados aos cidadãos, através de uma maior aposta na formação de quadros (já previstos no Plano Nacional de Formação de Quadros) e na municipalização dos serviços de



saúde, diminuindo desta forma a grande pressão sobre as grandes unidades centrais.

A par disso, deve-se aumentar a quantidade de unidades hospitalares de referência, que contribuam para aumentar a capacidade de diagnóstico e de tratamento médico ao nível nacional e assim seja diminuída a quantidade de doentes que actualmente têm de ser evacuados para o exterior.

Não menos importante é continuar a consolidar o processo de reformas do sector que já estão em curso e a redução da mortalidade materna, infantil e infanto-juvenil.

Ainda no domínio social, não é de somenos importância realçar que a proposta de OGE 2014 consagra recursos financeiros para a continuidade e conclusão de centralidades e habitação social, tendo em vista suprir as carências ainda sentidas neste domínio, sobretudo pelos jovens.

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Convido pois os Senhores Deputados da oposição, no sentido de acompanharem os Deputados da Bancada Parlamentar do MPLA a votarem favoravelmente na generalidade, a proposta de Orçamento Geral do Estado e respectiva lei que o aprova, a fim de permitir que na especialidade e com maior profundidade e detalhes, possa ser conhecido e analisado, tomando em consideração os pressupostos que estiveram na base da sua elaboração.

Não podem pois os Deputados ficar indiferentes a este exercício democrático de realização do Estado de Direito.

A aprovação do Orçamento Geral do Estado constitui uma das formas mais evidentes e eficazes do exercício, pela Assembleia Nacional, da competência de controlo e fiscalização do Executivo, como resulta da clarificação feita pelo Tribunal Constitucional sobre a matéria.



Os Deputados do MPLA vão, não apenas respeitar esta deliberação, na forma de Acórdão, do Tribunal Constitucional, porque assim resulta do nº 2 do artigo 177 da Constituição Angolana que impõe o cumprimento obrigatório das decisões dos Tribunais, mas igualmente contribuir para o cumprimento dos artigos 104 nºs 3 e 4, 161 alínea e) e 162 da Constituição, no que à fiscalização do Orçamento Geral do Estado diz respeito.

Vai ser interessante verificar como é que aqueles que se dizem “os únicos defensores da lei” vão respeitar o que dispõe o artigo 177 da Constituição.

E bem apetece citar aqui o Apóstolo S. Paulo “não são justos os que ouvem a lei; mas os que a cumprem, como tais são reconhecidos”, fim de citação.

SENHOR PRESIDENTE

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

O MPLA condena o acto de vandalismo contra o Santuário da Muxima e manifesta a sua solidariedade à Igreja Católica e aos seus crentes.



Apelamos aos órgãos competentes do Estado que sejam tomadas medidas eficazes para punir os autores desse vil acto.

Finalmente, apraz-nos saudar a realização, no nosso país, da IV Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP encerrada ontem, da qual culminou com a eleição do Presidente da Assembleia Nacional para o cargo de Presidente desse órgão, no período de 2013-2015.

VIVA ANGOLA!

MUITO OBRIGADO PELA VOSSA ATENÇÃO.